

4. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL CORRELATA

As principais normas regulamentadoras referentes à operação do empreendimento, sob o aspecto legal ambiental, serão apresentadas segundo o âmbito federal, estadual e municipal.

4.1. CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO E RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303/02

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

De acordo com a Lei 4.771, de 15 de setembro de 1975, que institui o Código Florestal, com a Lei 7.803, de 18 de julho de 1989 e a Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002, que estabelece conceitos e definições sobre reservas ecológicas e áreas de preservação permanente, a área do empreendimento em operação abriga duas áreas de interesse ambiental destacando-se:

Área de Preservação Permanente do Rio Jaguaribe, a qual foi contemplada uma faixa com largura de **200,0** metros.

Área de Preservação Permanente da gamboa do Rio Jaguaribe, a qual foi contemplada uma faixa com largura de **30,0** metros.

4.2. LEI 11.959 / 2009 - LEI DA PESCA

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A empresa se enquadra na categoria comercial de grande porte.

4.3. RESOLUÇÃO CONAMA 357/05

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

O empreendimento, conforme a legislação vigente se classifica como de CLASSE 2 e como água salobra, pela qualidade da água.

4.4. RESOLUÇÃO CONAMA 312/02

Dispõe de licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira. Obedecerá o disposto nesta Resolução, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais.

O projeto contempla o Sistema de Tratamento de Efluentes em conformidade com a Resolução CONAMA 312/02 no seu art. 14, porém não atende quanto ao monitoramento dos efluentes. Ainda com relação a CONAMA 312/02 o empreendimento se classifica como de grande porte, devido sua área de espelho d'água ser maior que 50 hectares.

4.5. RESOLUÇÃO CONAMA 369/06

Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). O empreendimento, na sua concepção atual, faz uso de 500 m² de Área de Preservação Permanente do Rio Jaguaribe com a captação de água e de 300 m² de Área de Preservação Permanente da gamboa do Rio Jaguaribe com a drenagem.

A ampliação do empreendimento não fará intervenção em APP. Portanto, o empreendimento continuará utilizando os canais de abastecimento e drenagem existentes.

4.6. RESOLUÇÃO CONAMA 413/09

Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

Segundo a Resolução CONAMA 413/2009 o empreendimento quanto ao porte é classificado como de médio porte, com relação ao potencial de severidade da espécie é médio e o **potencial de impacto ambiental é de grande porte com alto potencial de severidade.**

4.7. RESOLUÇÃO COEMA 02/02

Dispõe sobre o a carcinicultura no estado do Ceará. Segundo a Resolução COEMA 02/02 o ambiente na qual está implantado não contempla áreas de salgado ou apicuns.

Quanto à cota média de maré, a área encontra-se em cotas bem acima da cota média de maré, com diferenças de 6 metros.

4.8. OUTORGA DE ÁGUA

O empreendedor não necessita de outorga de água, haja vista a água utilizada no empreendimento é classificada como salobra.

4.9. CADASTRO TÉCNICO DO IBAMA

Segue no volume Anexos do EIA, a declaração de Cadastro Técnico Federal de atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais – IBAMA.

4.10. CERTIFICADO DO REGISTRO DE AQUICULTOR

Segue no volume Anexos do EIA o registro de aquicultor emitido pelo Ministério da Aquicultura e Pesca.

4.11. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ARACATI.

A empresa possui um Alvará de Funcionamento para o empreendimento em operação e uma Carta de Anuência para a ampliação do empreendimento, ambos emitidos pela prefeitura Municipal de Aracati, estando em conformidade com a Lei Municipal nº 045/2001 de “Uso e ocupação do solo” e conforme Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, não apresenta restrições neste momento. As documentações seguem no volume Anexos do EIA.